

1 **Ata 08/2023** – Aos seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, às
2 oito horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Assistência
3 Social, situada na Avenida Maripá, cinco mil e setenta e sete, Centro, em Toledo,
4 Paraná, reuniram-se os membros do **Conselho Municipal de Assistência Social**
5 (CMAS), de forma presencial, para realização da **Reunião Ordinária**, contando com a
6 presença dos conselheiros/as da Gestão 2022-2024 descritos na lista de presença que
7 é parte integrante desta ata. Dando início à reunião, a Presidente Edmara de Souza
8 cumprimenta todas as pessoas presentes e em seguida apresenta a ordem do dia, nos
9 termos do Edital de Convocação nº 08/2023, publicado no Diário Oficial Eletrônico do
10 Município de Toledo, Edição nº 3.662, Página 19, do dia 28 de agosto do ano de dois
11 mil e vinte e três, contendo os seguintes pontos de **PAUTA: a)** Deliberar sobre a Ata
12 nº07/2023 – CMAS; **b)** Deliberar sobre o Plano de Inserção de Benefícios Eventuais
13 de Assistência Social no Município de Toledo; **c)** Deliberar sobre Proposta de Lei
14 Orçamentária 2024; **d)** Deliberar sobre Prestação de Contas do Piso Paranaense de
15 Assistência Social - PPAS IV – Acolhimento Institucional - 1º semestre de 2023; **e)**
16 Deliberar sobre a atualização na composição das Comissões Permanentes de
17 Trabalho do Conselho Municipal de Assistência Social de Toledo – CMAS, gestão
18 2022-2024: **f)** Relato e Deliberações das Comissões de Trabalho do CMAS: Comissão
19 Técnica; Comissão de Fiscalização; Comissão de Orçamento; Comissão de
20 Acompanhamento das Deliberações da Conferência Municipal de Assistência Social.
21 **INFORMES: a)** Informes da SMAS; **b)** Relato das Comissões externas e
22 Representações - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional–
23 COMSEA; Comissão de Benefícios Eventuais de Assistência Social; Comissão
24 Bolsa Agente de Cidadania; Comissão Intersetorial de Convivência Familiar e
25 Comunitária do CMDCA; Comissão Intersetorial de Controle Social do Programa
26 Auxílio Brasil; Núcleo de Educação Permanente do SUAS de Toledo; **c)**
27 Correspondências recebidas e expedidas; **d)** Outros informes. Após a leitura dos itens
28 da pauta, a Presidente Edmara solicita se alguém tem algum ponto a ser incluído ao
29 que a Secretária Executiva do CMAS solicita a exclusão do item “c” da pauta, que trata
30 da deliberação sobre Proposta de Lei Orçamentária 2024. Por uma indagação do
31 Conselheiro Rodrigo Daniel, se a Proposta de Lei Orçamentária já passou pela
32 Comissão de Orçamento do CMAS, a Diretoria de Gestão do SUAS e também Vice-
33 Presidente do CMAS, Cíntia Regina Brun, informa que justamente por não ter
34 havido tempo hábil para a reunião com a Comissão de Orçamento é que foi solicitada
35 a exclusão desse ponto de pauta, e que será apresentada, ainda dentro do prazo numa
36 próxima reunião. A Secretária Executiva solicita a inclusão como pontos de pauta de
37 algumas questões que ocorreram após a reunião da mesa diretora, sendo essas:

38 Deliberar sobre a substituição da presidência da Comissão de Fiscalização do CMAS;
39 Deliberar sobre a indicação de representante suplente da Comissão Intersectorial do
40 Controle Social do Programa Auxílio Brasil; Deliberar pela Formação da Comissão
41 Organizadora do Processo Eleitoral para Recomposição do Segmento Trabalhadores
42 do setor da Política de Assistência Social SerToledo, devido a saída dos Conselheiros
43 Everton Chaves Maria e Eliane Saldanha Brun e haver apenas um eleito para
44 preencher a suplência dentro desse segmento, tornando necessária a formação dessa
45 comissão eleitoral. A Presidente Edmara coloca em votação a inclusão dos pontos de
46 pauta mencionados, sendo aprovado pelos presentes, e na sequência a pauta é
47 colocada em votação, sendo aprovada por todos/as. **Item A da pauta - Deliberar**
48 **sobre a Ata nº 07/2023 do CMAS:** A Secretária Executiva informa que após o envio
49 da ata para todos os conselheiros, houve uma solicitação de alteração em duas frases
50 da fala da Diretora e conselheira Cíntia Regina Brun, apenas de forma a melhorar o
51 texto, não alterando seu conteúdo. Por conseguinte, a Presidente coloca a ata em
52 votação, sendo a mesma aprovada pelos presentes. **Item B da pauta - Deliberar sobre**
53 **o Plano de Inserção de Benefícios Eventuais de Assistência Social no Município de**
54 **Toledo.** Por um questionamento do conselheiro Rodrigo, se o Plano de Inserção passou
55 pela Comissão Técnica, a Conselheira Cíntia Regina Brun informa que o referido
56 Plano foi elaborado pela Comissão do BEAS, o qual passará a ser apresentado. Em
57 seguida a Diretora do Departamento de Vigilância Socioassistencial da SMAS, Rachel
58 Lucia Hech, inicia sua fala informando que a Comissão de Benefícios Eventuais de
59 Toledo, é integrada por ela, como representante da Secretaria de Assistência Social,
60 ocupando também a presidência da Comissão. Ela informa também que houve um
61 desmembramento da Função Gratificada de Coordenador de Cadastro Único e
62 Programa Bolsa Família, passando a ser uma Função Gratificada para Coordenador
63 do Programa Bolsa Família e Benefícios e uma Função Gratificada para Coordenador
64 de Cadastro Único. Em consequência dessa alteração, a partir do mês de setembro o
65 Sr. Villian Veiss passará a integrar a Comissão Técnica do BEAS, como Coordenador
66 de Benefícios. Dando início à apresentação do Plano de Inserção de Benefícios
67 Eventuais e Transferência de Renda da Política de Assistência Social no Município de
68 Toledo, Rachel informa que houve uma revisão do referido, começando o texto
69 nomeando os membros da equipe de Gestão, da Comissão de Benefícios Eventuais
70 que atualmente é integrada por ela, representando a Gestão da Secretaria de
71 Assistência Social, Sra. Carla Patrícia Radtke – representante da Proteção Social
72 Básica, Sr. Logans Alexandre Salomão – representante da Proteção Social Especial,
73 Sr. Villian Veiss – gestor do Cadastro Único e a Sra. Cíntia Regina Brun –
74 representante do Conselho Municipal de Assistência Social. Ela esclarece que nos

75 tópicos de apresentação, justificativa, objetivo e introdução se buscou elaborar um texto
76 mais suscinto e que a parte histórica que consta no Plano anterior, que detalhava os
77 benefícios concedidos, não consta no novo texto, contemplando no novo plano apenas
78 os benefícios atuais, simplificando assim o texto. Durante a revisão e elaboração do
79 novo plano surgiram algumas questões, como por exemplo as Resoluções do CMAS,
80 que norteavam e validavam o plano anterior, foram revogadas em 2022, sendo assim
81 a equipe técnica utilizou a LOAS como base, o Protocolo de Gestão Integrada, a
82 Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, a NOB-SUAS, e as Orientações
83 Técnicas sobre os Benefícios Eventuais-MDS/2018, que é a última publicada. Ela
84 informa ainda que nas modalidades apresentadas continua valendo o Decreto nº 6.307,
85 de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre os benefícios eventuais de que trata o
86 art. 22 da Lei nº 8.742, como base para a elaboração do novo Plano De Benefícios
87 Eventuais de Assistência Social. Quanto às competências, compete ao Município: 1)
88 a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da
89 prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento; 2) a realização de
90 estudos da realidade e monitoramento da demanda para constante ampliação da
91 concessão dos benefícios eventuais; e 3) expedir as Instruções Operacionais e instruir
92 as equipes sobre o preenchimento no Sistema Informatizado quanto aos dados
93 necessários à operacionalização dos benefícios eventuais; 4) Monitorar a demanda da
94 concessão dos benefícios eventuais para planejamento de sua execução; 5)
95 Apresentar, trimestralmente, ao CMAS relatório de concessão dos benefícios eventuais
96 em todas as modalidades; 6) Articular com a Central Funerária a concessão do
97 Benefício Auxílio Funeral e 7) Promover ações permanentes de ampla divulgação dos
98 benefícios eventuais e seus critérios de concessão em conjunto com a rede
99 socioassistencial. Ao Conselho Municipal de Assistência Social compete: 1)
100 Acompanhar, avaliar e fiscalizar a concessão dos benefícios eventuais por meio dos
101 relatórios trimestrais; 2) Apreciar os estudos de demanda, revisão dos tipos de
102 benefícios eventuais concedidos, revisão de valores e reformular sua regulamentação
103 com base nos dados e/ou propostas da Secretaria de Assistência Social; 3)
104 Acompanhar, avaliar e fiscalizar a utilização dos recursos do Fundo Municipal de
105 Assistência Social para este fim. Quanto ao objetivo do Plano, “Regulamentar a
106 Inserção de Benefícios Eventuais de Assistência Social, através da definição de
107 instrumentais que viabilizem a oferta, gestão, organização, execução, monitoramento
108 e avaliação dos benefícios eventuais no município de Toledo”. Na introdução do Plano
109 consta que “O Plano de Inserção de Benefícios Eventuais tem como finalidade se
110 constituir enquanto instrumento para o fortalecimento e garantia de acesso ao
111 benefícios eventuais estabelecidos pela LOAS, na provisão de bens materiais ou em

112 pecúnia, para indivíduos ou famílias em situação de vulnerabilidade social devido às
113 condições definidas em Lei de forma a contribuir e instrumentalizar os equipamentos
114 de execução da política de assistência social enquanto executores dos benefícios
115 eventuais, e, de reforçar a importância do monitoramento, da avaliação e fiscalização
116 desses benefícios” Na sequência a Diretora Rachel passa a explicar aos conselheiros
117 sobre as modalidades de benefícios *ofertados em Toledo, que são: Benefício Eventual*
118 *de Auxílio Natalidade, Benefício Eventual de Auxílio Funeral, Benefícios Materiais*, que
119 no Município de Toledo são ofertados através de: a) Auxílio Documentação Pessoal -
120 segunda via de registro civil (Certidão de Nascimento/Casamento/Óbito), segunda via
121 de RG, retificação dos documentos para pessoas transexuais e travesties); b) Auxílio
122 Alimentação, sendo fornecido na Proteção Social Básica, através dos CRAS, em
123 pecúnia, operacionalizado por voucher alimentação nominal e intransferível, cujos
124 valores do repasse são ratificados por meio de Decreto Municipal e na Proteção Social
125 Especial de Média Complexidade, pelo Serviço Especializado em Abordagem Social -
126 SEAS, através do fornecimento de voucher de uso exclusivo nos Restaurantes
127 Populares do município, nominal e intransferível para Pessoas em Situação de Rua; c)
128 Auxílio Passagem, na Proteção Social Básica através dos CRAS, na Proteção Social
129 Especial de Média Complexidade, através dos CREAS e Serviço Especializado em
130 Abordagem Social – SEAS, na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, através
131 da Casa de Passagem, sendo que a forma de concessão obedecerá o Protocolo de
132 concessão de passagens; d) Kit Higiene, que será fornecido para pessoas em situação
133 de rua atendidas pelas equipes do Serviço Especializado em Abordagem Social e pelo
134 Serviço de Alta Complexidade Casa de Passagem; e) DNA, constitui-se em prestação
135 de serviço temporário, não contributivo da Assistência Social, para reduzir a
136 vulnerabilidade provocada pelo não reconhecimento ou dúvida da paternidade ou
137 maternidade de indivíduos, através de determinação judicial, sendo o público alvo
138 público alvo para acesso a este benefício crianças e adolescentes que possuam, no
139 ato da solicitação, o Cadastro Único para Programas Sociais e excepcionalmente, para
140 crianças e adolescentes em situação de Acolhimento Institucional que a exigência do
141 Cadastro Único não será obrigatória; f) Auxílio Material Cobertor, fornecido
142 exclusivamente pela equipe do Serviço Especializado de Abordagem Social – SEAS.
143 *Benefícios de Transferência de Renda* que tem como objetivo o enfrentamento e alívio
144 imediato da pobreza, situações de vulnerabilidade temporária ou complemento aos
145 serviços, programas e projetos executados pela Política de Assistência Social. Em
146 Toledo são ofertados os seguintes benefícios nesta modalidade: a) Bolsa Auxílio SCFV,
147 sendo uma bolsa em pecúnia, atrelada aos Serviços de Convivência e Fortalecimento
148 de Vínculos – SCFV do Município de Toledo; b) Emancipar, que visa complementar o

149 Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade e como medida
150 alternativa/complementar ao abrigamento em Serviço de Acolhimento Institucional, e
151 que tem por objetivo atender, através de transferência de renda, articulada com a oferta
152 de serviços públicos, famílias e indivíduos em situação de risco social e pessoal em
153 decorrência de violação de direitos e rompimento de vínculos familiares. O Emancipar
154 compreende o Aluguel Social e Bolsa Auxílio. E por ultimo *Interpéries e Calamidade*
155 *Pública*, que de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais
156 publicada em 2009 através da Resolução 109 do CNAS, estabelece na modalidade de
157 Proteção Social Especial o *Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas*
158 *e de Emergências*, sendo o público usuário desse serviço usuários atingidos por
159 situações de emergência e calamidade pública como: incêndios, desabamentos,
160 deslizamentos, alagamentos, vendavais, epidemias e pandemias, dentre outras, que
161 tiveram perdas parciais ou totais de moradia, objetos ou utensílios pessoais, ou que
162 comprometam o acesso a trabalho e renda e que se encontram temporária ou
163 definitivamente desabrigados. Rachel destaca que este é um service específico, sendo
164 feito de forma intersetorial, não sendo de responsabilidade somente da Política de
165 Assistência Social. Com a relação a concessão dos benefícios, os CRAS deverão ser
166 a referência dos benefícios eventuais caracterizados enquanto Proteção Social Básica
167 - PSB, enquanto os CREAS são a referência para benefícios eventuais no âmbito da
168 Proteção Social Especial, excepcionalmente para acesso ao *auxílio funeral*, a
169 referência será através da Central Funerária que encaminhará a devida solicitação para
170 a Secretaria de Assistência Social. Finalizando a apresentação do Plano, a Diretora
171 Rachel menciona que está previsto no Plano que as informações referentes aos
172 benefícios eventuais deverão ser amplamente difundidas no Município, cabendo à
173 Secretaria Municipal de Assistência Social a elaboração dos materiais informativos e a
174 sua distribuição, assim como a escolha dos meios de divulgação, devendo ser
175 publicizadas também através de reuniões e atendimentos da rede socioassistencial, de
176 forma a contribuir para a divulgação, ampliação e garantia do acesso aos benefícios
177 eventuais às famílias ou indivíduos, fortalecendo o direito à cidadania e constituindo-
178 se de fato enquanto benefícios assistenciais inseridos no SUAS. Quanto ao
179 monitoramento e avaliação dos benefícios eventuais, deverá ser realizado pelo
180 Município através do Órgão Gestor da Política de Assistência Social com o apoio da
181 Comissão de Benefícios Eventuais de Assistência Social a ser constituída pelas
182 seguintes representações: 1 técnico da gestão, 1 técnico da Proteção Social Básica, 1
183 técnico da Proteção Social Especial, o Coordenador do Programa Bolsa família e
184 Benefícios Socioassistenciais e 1 representante do CMAS. Para avaliação dos usuários
185 referente aos benefícios eventuais ofertados, o município possui a Ouvidoria Municipal.

186 A operacionalização dos benefícios eventuais da Assistência Social do Município de
187 Toledo será realizada via sistema informatizado contratado pela Secretaria de
188 Assistência Social, sendo o registro dos atendimentos e concessões obrigatório a todas
189 as modalidades. Aberto espaço para dúvidas e após um diálogo entre os conselheiros
190 sobre a necessidade de incluir no Plano uma avaliação dos usuários dos benefícios
191 eventuais, a Presidente Edmara de Souza propõe para a plenária deliberar pela
192 aprovação do Plano de Inserção de Benefícios Eventuais e Transferência de Renda da
193 Política de Assistência Social no Município de Toledo com o texto original, ficando a
194 Comissão do BEAS encarregada de em fevereiro de 2024 trazer para o CMAS o texto
195 final do Plano com as observações mencionadas pelos conselheiros. Colocada em
196 votação a proposta da Presidente Edmara, a mesma é aprovada pelos presentes. **Item**
197 **D da pauta- Deliberar sobre Prestação de Contas do Piso Paranaense de**
198 **Assistência Social - PPAS IV – Acolhimento Institucional 1º semestre de 2023.** A
199 Sra. Cíntia Regina Brun, Diretora do Departamento de Gestão do SUAS, antes de
200 iniciar a apresentação explica do que se trata o Piso Paranaense de Assistência Social
201 – PPAS IV, oriundo de uma deliberação do Estado do ano de 2014, sendo o único
202 recurso de recebimento contínuo no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) ao ano,
203 para uso exclusivo para acolhimento institucional e que nesta reunião será apresentada
204 a Prestação de Contas do PPAS IV se refere ao 1º semestre de 2023. Ela informa que
205 no ano em que foi feita a pactuação foi pactuado para 30 metas de acolhimento, sendo
206 atualmente o número de acolhimentos muito maior, acima de 70 acolhidos. Passando
207 para a apresentação da prestação de contas, Cíntia cita que o valor anual previsto é
208 R\$ 90.000,00, sendo que no 1º semestre foi recebido o valor de R\$ R\$ 22.500,00 (vinte
209 dois mil e quinhentos reais), significando que em seis meses recebemos menos da
210 metade do valor que deveria ser repassado, que seria R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco
211 mil reais). Cíntia mostra que os gastos do primeiro semestre totalizaram R\$ 34.412,22
212 (trinta e quatro mil, quatrocentos e doze reais e vinte e dois centavos), valor acima do
213 valor recebido, sendo essas despesas executadas com o superavit dos recursos do
214 ano passado. Ela destaca que o valor gasto com o acolhimento institucional não foi só
215 esse, sendo esse o valor dentro dessa deliberação e que já está comprometido dentro
216 de algumas licitações e que basicamente é um valor gasto com alimentos. Se referindo
217 as 30 metas, o Conselheiro Everton indaga porque são apenas 30 metas, ao que a
218 Secretária de Assistência Social e também Conselheira Solange Silva dos Santos
219 Fideles explica que esse é um recurso vinculado ao Governo Federal, que definiu por
220 esse número máximo de 30 metas, e que até o momento não houveram reajustes tanto
221 para o número de metas, tanto em relação aos valores. Cíntia apresenta o valor
222 previsto a ser repassado pelo Fundo Nacional de Assistência Social, que também

223 complementa os gastos de acolhimento institucional, que é de R\$ 180.000,00 (cento e
224 oitenta mil reais) previstos para o semestre, porém foram recebidos apenas
225 R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais), tendo sido gastos no período R\$ 46.781,00
226 (quarenta e seis mil setecentos e oitenta e um reais). De forma a comparar o valor
227 previsto e o recebido, o valor previsto de recursos próprios é R\$ 1.922.020,19 (um
228 milhão, novecentos e vinte e dois mil, vinte reais e dezenove centavos), valor recebido
229 foi R\$ 1.508.390,62 (um milhão, quinhentos e oito mil, trezentos e noventa reais e
230 sessenta e dois centavos) e valores gastos foi R\$ 975.919,47 (novecentos e setenta e
231 cinco mil, novecentos e dezenove reais e quarenta e sete centavos). Desta forma, o
232 total previsto de recursos do Fundo Municipal referente a este repasse para o exercício
233 é de R\$ 2.192.020,19 (dois milhões, cento e noventa e dois mil, vinte reais e dezenove
234 centavos), o valor recebido foi R\$ R\$ 1.597.037,81 (um milhão, quinhentos e noventa
235 e sete mil, trinta e sete reais e oitenta e um centavos) e o valor já gasto no primeiro
236 semestre foi de R\$ 1.057.113,37 (um milhão, cinquenta e sete mil, cento e treze reais
237 e trinta e sete centavos). Conforme já dito, o valor de R\$ 34.412,22 foi gasto em sua
238 totalidade com gêneros alimentícios, incluindo proteínas (ovos, carne bovina, carne
239 suína, file de peixe, carne moída, linguiça, bacon, presunto, hamburger), frutas
240 (abacaxi, banana, pêsego, morango, uva, maçã, pera...); polpas de frutas (acerola,
241 goiaba, caju, uva, coco, maracujá, morango); hortaliças/legumes (almeirão, abóbora,
242 beterraba...); panificados, lácteos, doces (pães, nata, melado, goiabada, wafer, creme
243 de leite, leite condensado...); itens de higiene pessoal (aparelho de barbear, shampoo
244 infantil...) e de saúde (fita microporosa, pomada para assaduras, inalador/nebulizador).
245 A Presidente Edmara abre espaço para perguntas e não havendo ela coloca em
246 cotação a Prestação de Contas do Piso Paranaense de Assistência Social - PPAS IV
247 – Acolhimento Institucional 1º semestre de 2023 que é aprovada pelos presentes. **Item**
248 **E da pauta- Deliberar sobre a atualização na composição das Comissões**
249 **Permanentes de Trabalho do Conselho Municipal de Assistência Social de Toledo**
250 **– CMAS, gestão 2022-2024.** A secretária Ana Maria informa o recebimento de ofício
251 da SMAS no qual solicita a substituição da representante Cristiane Loiva Lovello pela
252 servidora Jaqueline Nadir da Silva de Souza. Em seguida a Presidente Edmara solicita
253 para a Secretária Ana Maria que cite quais são os membros da Comissão de
254 Fiscalização sendo Presidente da mesma o Sr. Everton Chaves Maria. A Sra. Edmara
255 informa que o Sr. Everton deixará o CMAS, havendo a necessidade de substituição da
256 Presidência da Comissão de Fiscalização, e solicita aos participantes da referida
257 comissão quem está disposto a assumir a presidência. Após diálogo entre os
258 presentes, a conselheira Cínthia Regina Brun se prontifica a assumir o cargo. A
259 Presidente Edmara coloca em votação a indicação da conselheira Cínthia na

260 presidência da Comissão de Fiscalização, sendo aprovado por todos os presentes.
261 Também por deliberação da plenária, considerando a vacância da suplência de
262 representante do CMAS para a Comissão Intersetorial de Controle Social do Programa
263 Auxílio Brasil, após breve diálogo entre os conselheiros, a Presidente Edmara se coloca
264 a disposição, colocando em votação sua indicação para suplente da Comissão
265 Intersetorial De Controle Social do Programa Auxílio Brasil, sendo aprovado pelos
266 presentes. Dando continuidade, a Secretária do CMAS Ana Maria informa que o
267 próximo ponto é a deliberação pela formação da Comissão Organizadora do Processo
268 Eleitoral para Recomposição do Segmento Trabalhadores do Setor de Políticas de
269 Assistência Social SerToledo, em razão da saída dos conselheiros Everton Chaves
270 Maria e Eliane Saldanha Brum. A Sra. Ana Maria informa que entrou em contato com
271 o suplente Cleverson Jansen dos Santos, tendo ele confirmado que assumirá como
272 representante titular do Segmento Trabalhadores do Setor de Políticas de Assistência
273 Social SerToledo. Entretanto ela informa que é necessário fazer uma nova eleição para
274 escolha de novos suplentes. Ana Maria informa que são necessárias quatro pessoas
275 para participar da comissão, sendo que após breve diálogo as seguintes conselheiras
276 se colocam à disposição: Cristhiane Carla Konno, Ana Clara Schneider, Sara da Rosa
277 da Cruz e Cíntia Regina Brun. Nesse momento Cíntia solicita aos conselheiros que
278 trabalham no SUAS que divulguem no seu local de trabalho sobre a eleição para
279 escolha de representantes dos trabalhadores do SUAS para integrarem o CMAS. A
280 Presidente Edmara coloca em votação a criação da Comissão Organizadora do
281 Processo Eleitoral para Recomposição do Segmento Trabalhadores do Setor de
282 Políticas de Assistência Social SerToledo, integrada pelas conselheiras Cristiane Carla
283 Konno, Ana Clara Schneider, Sara Rosa da Cruz e Cíntia Regina Brun, sendo
284 aprovada por todos conselheiros presentes. **Item F da pauta- Relato e Deliberações**
285 **das Comissões de Trabalho do CMAS.** A Secretária Executiva Ana Maria informa
286 haver seis processos de manutenção de inscrição junto ao CMAS que foram analisados
287 pela Comissão Técnica e pela Comissão de Fiscalização, sendo aberto o espaço para
288 que as comissões façam seus relatos. A Conselheira Cíntia explica que o novo
289 instrumental de Análise Sintética das comissões já esta sendo utilizado, tendo havido
290 uma reunião conjunta entre as comissões para a emissão do parecer final. Dos 6
291 processos, ela inicia o relato da visita realizada ao NACA - Núcleo de Atendimento da
292 Criança e Adolescente, que é um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
293 Governamental, sendo que na visita da Comissão de Fiscalização e os seguintes
294 pontos foram observados: o número de usuários atendidos está dentro da capacidade,
295 sendo esse número de 80 crianças nos dois turnos; o número de profissionais é
296 suficiente para atender a demanda; em relação a estrutura física notaram-se alguns

297 pontos a melhorar, como por exemplo goteiras nas salas, problemas esses que estão
298 para ser sanados em breve. Com relação ao serviço prestado pela entidade, o
299 cronograma de atividades é diverso, visto que as crianças participam de atividades
300 articuladas com outras políticas, havendo uma grande demanda para oficinas e
301 capacitações, o que é confirmado pelo conselheiro Everton Chaves Maria, devendo ser
302 discutida a forma das licitações, visto que as oficinas tem uma carga horária de curta
303 duração. Everton observou também que embora tenha sido aprovado pelo Corpo de
304 Bombeiros, consideram estranho uma tubulação de gás que passa no meio da sala de
305 atividade das crianças, sendo o parecer das duas comissões favorável pela aprovação.
306 A presidente Edmara pergunta se há outros pontos a serem mencionados, ao que os
307 conselheiros informam não haver, sendo colocado em votação o Plano de Ação 2023
308 e o Relatório Descritivo 2022 do NACA - Núcleo de Atendimento da Criança e
309 Adolescente, sendo aprovado pelos presentes. Dando continuidade, a Conselheira
310 Fernanda Querois de Moraes passa a relatar sobre a Ação Social São Vicente de
311 Paulo, um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos não governamental
312 com recursos cofinanciados no valor de R\$ 998.605,08 e R\$ 1.165.000,00 de recursos
313 próprios; o número de usuários atendidos é de 462, sendo que a capacidade é para
314 300 atendimentos de acordo com o número de metas cofinanciadas; com relação aos
315 profissionais são 40 entre nível fundamental, médio e superior. Não foram feito
316 apontamentos com relação a estrutura física, Fernanda menciona que o espaço é muito
317 bem organizado e que o parecer das comissões é favorável. Nesse momento o
318 conselheiro Everton destaca que o único ponto que deve ser mencionado se refere à
319 necessidade de oferta de capacitações por parte da Secretaria de Assistência Social.
320 Não havendo outros pontos que mereçam registro, a Presidente Edmara coloca em
321 votação a manutenção da inscrição da Ação Social São Vicente de Paulo no CMAS,
322 sendo que todos os presentes votam favoráveis. Na sequência, a conselheira Sara da
323 Rosa da Cruz passa a relatar sobre a visita realizada na Aldeia Infantil Betesda, um
324 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos não governamental, sendo o
325 valor de R\$ 220.257,60 de recursos cofinanciados e R\$ 53.300,00 de recursos próprios,
326 sendo 110 usuários atendidos, com capacidade de 80 metas. O número de
327 profissionais somam 56 de diferentes níveis de formação. Com relação a estrutura
328 física tem uma boa estrutura e iluminação, sendo relatado como dificuldade a grande
329 distância entre as salas/espacos de convivência pois em dias de chuva é necessário a
330 utilização de guarda-chuva. Cíntia explica que o terreno da entidade é extenso e os
331 espacos ou salas são separados, porém o novo prédio exclusivo para o serviço de
332 convivência, está em construção com entrega prevista para o começo do ano de 2024,
333 o que vai sanar esse problema. A conselheira Sara retoma a palavra com o relato geral

334 do serviço, onde apresenta como ponto a ser melhorado o diálogo com o CRAS pois
335 existem poucos encaminhamentos entre ambos, percebeu-se boa diferenciação dentre
336 os serviços oferecidos entre Educação e Assistência. O conselheiro Everton pontua
337 que no item diálogo com a rede, tanto o NACA, como a Ação Social São Vicente de
338 Paulo e a Aldeia Infantil Betesda relatam dificuldade de diálogo com a rede, mesmo o
339 NACA estando ao lado do CRAS há uma dificuldade no dialogo, sendo que alguns
340 encaminhamentos de referência são feitos, porém sem haver um retorno. Nesse
341 momento o Conselheiro Rodrigo toma a palavra observando que todos os serviços de
342 convivência dos territórios sendo referenciados ao CRAS, ele indaga à conselheira e
343 Diretora da Proteção Social Básica, Camila Taiara Perachi, sobre quem é o técnico de
344 referência do serviço de convivência, ao que ela esclarece que cada CRAS tem seu
345 técnico de referência. O conselheiro Rodrigo argumenta que cabe então aos técnicos
346 de referência a articulação entre os serviços de convivência dos territórios. Nesse
347 momento a conselheira e Secretária da Assistência Social Solange Fidelis informa que
348 existe sim essa articulação, porém ainda não é o ideal. Tendo havido um apontamento
349 pelas entidades que oferecem os Serviços de Convivência de não receber
350 encaminhamentos pelos CRAS dos territórios, a conselheira Camila informa que todos
351 os CRAS ofertam o SCFV mais próximo da residência da família, ao que a Presidente
352 Sra. Edmara de Souza relembra que esse apontamento já constou em visitas de
353 fiscalização em anos anteriores e esses encaminhamentos dependem sim do técnico
354 de referência ter uma comunicação mais proativa com as entidades que ofertam os
355 serviços de convivência e sugere que essas entidades também informem sobre vagas
356 em aberto e questionem os técnicos se existe demanda, não ficando somente
357 aguardando os encaminhamentos. Finalizado o relato referente à Aldeia Infantil
358 Betesda, com o parecer das comissões sendo favorável pela manutenção, a Presidente
359 Edmara coloca em votação a manutenção da inscrição da Aldeia Infantil Betesda,
360 sendo aprovado pelos conselheiros. Dando continuidade o conselheiro Everton Chaves
361 Maria passa a relatar a visita de fiscalização realizada na Casa Abrigo para
362 Adolescentes, que atualmente tem 24 acolhidos, sendo que a capacidade é para 20
363 usuários; o quadro de funcionários está completo, sendo a maior dificuldade apontada
364 pela Coordenação é a articulação com as outras políticas públicas principalmente com
365 relação à Saúde, visto que há demandas na área de saúde mental e atualmente essa
366 articulação se encontra fragilizada, Outro apontamento é quanto a falta de atendimento
367 da Saúde na Casa Abrigo, visto que há bebês acolhidos, o que gera a necessidade de
368 buscar tal atendimento. Outra dificuldade apontada se refere a faixa etária dos
369 acolhidos, visto a Casa Abrigo ser para acolhimento de adolescentes, mas que está
370 com oito bebês acolhidos, o que interfere na execução dos projetos direcionados para

371 adolescentes, visto que os bebês exigem mais atenção. Nesse momento a Presidente
372 Edmara pergunta qual a dificuldade em relação à articulação com a Saúde, ao que a
373 conselheira e Secretária da SMAS Solange Fidelis esclarece que o atendimento de
374 Saúde é de responsabilidade do município, sendo que um médico pediatra visita as
375 Casas Abrigo, exceto a Casa Abrigo para Adolescentes, pois não havia essa
376 necessidade por não haver crianças lá e esclarece aos conselheiros que o serviço de
377 acolhimento pela tipificação contempla a faixa etária de 0 a 18 anos incompletos, tendo
378 sido dividido por idades apenas para facilitar a organização, sendo que historicamente
379 na Casa Abrigo para Adolescentes eram acolhidos somente adolescentes, mas que
380 está sendo dialogado com a Secretaria da Saúde visando contemplar também a Casa
381 Abrigo Adolescentes com visitas no domicílio. Havendo uma troca de impressões dos
382 conselheiros Edmara de Souza e Rodrigo Daniel acerca dessa falta de atendimento,
383 considerando que a inserção de crianças e bebês na Casa Abrigo para Adolescentes
384 já vem ocorrendo a mais de um ano, devendo ser uma prioridade absoluta o
385 atendimento pela Saúde, Solange informa que nas reuniões do Secretariado sempre é
386 ressaltado que todos que estão em acolhimento não são responsabilidade apenas da
387 Assistência Social e sim do Município, sendo necessário que todas as políticas olhem
388 para os acolhidos como prioridade no atendimento de suas demandas. Com relação
389 ao parecer das comissões, o conselheiro Everton informa que o mesmo é favorável,
390 sendo assim a Presidente Edmara coloca em votação a manutenção da inscrição da
391 Casa Abrigo para Adolescentes, sendo aprovado por todos. Continuando os relatos, a
392 conselheira Cíntia Regina Brun apresenta o parecer das comissões referente a Casa
393 de Maria, um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, não
394 governamental, com recursos cofinanciados e recursos próprios, com uma capacidade
395 de 450 metas, que são as metas cofinanciadas pela política de Assistência, com 450
396 atendidos, com um quadro de recursos humanos de 32 profissionais, sendo eles de
397 nível fundamental, médio e superior que atendem a demanda; não houve
398 apontamentos com relação a estrutura física, com espaços exclusivos para cada tipo
399 de atendimento; tem boa articulação com o CRAS de referência, possui demanda
400 reprimida exclusivamente para o período da tarde. Houve apontamento com relação ao
401 público com situações de saúde mental agravadas ou transtornos mentais, o que
402 interfere na relação do serviço, visto que demanda um encaminhamento mais
403 particularizado e mais próximo dos profissionais. Nesse ponto, a Presidente Edmara
404 de Souza, como representante da Casa de Maria no CMAS observa que a Assistência
405 não tendo educadores e profissionais que atendam exclusivamente esse público,
406 dificultando o atendimento a esses usuários devido o quadro de funcionários da
407 entidade ser bem enxuto. Em referência às capacitações, Cíntia informa que a

408 entidade tem oferecido capacitações que busca junto a outros espaços e pontua a falta
409 de capacitações ofertadas pelo poder público. Com relação ao parecer das comissões
410 o mesmo foi favorável. A Presidente Edmara coloca em votação a manutenção da
411 inscrição da Casa de Maria no CMAS, sendo aprovada por todos. Com a palavra
412 novamente o conselheiro Everton Chaves Maria que passa a relatar sobre a visita da
413 Comissão de Fiscalização ao CREAS II, que realiza os serviços tipificados PAEFI,
414 PEDIF, Atendimento a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e em
415 Liberdade Assistida e Abordagem Social; no ano anterior atendeu 1.182 usuários com
416 capacidade para 450 usuários, sendo que esse número de 1.182 atendidos engloba o
417 serviço de abordagem social que não tem capacidade tipificada. Referente ao número
418 de funcionários são 23 profissionais e com relação a estrutura física foi pontuado a falta
419 de espaço para brinquedoteca para atendimentos com as crianças; outro ponto é a
420 necessidade de reorganização do espaço interno, de forma a ter uma sala para
421 atendimento técnico, pois atualmente esses atendimentos estão sendo realizados no
422 espaço utilizados por outras equipes, sendo feito um cronograma de atendimentos por
423 turno para um serviço não interferir no atendimento do outro serviço. Outro ponto é
424 referente ao número telefones insuficientes, possuem apenas um telefone em cada
425 sala para o uso de diversas equipes, atrasando os atendimentos e trabalhos das
426 equipes. O mesmo acontece com relação ao número insuficiente de aparelhos
427 celulares de uso institucional. Continuando com relato geral do serviço, Everton
428 menciona que o serviço PEDIF não possui uma identidade, não havendo clareza em
429 como se executa o serviço. Everton relata não haver avaliação com os usuários e
430 destaca a necessidade de um veículo de uso exclusivo para abordagem social. Ainda
431 sobre veículos o conselheiro Everton menciona que os veículos estão sucateados
432 devido aos anos de uso, o que torna as manutenções recorrentes, interferindo nos
433 atendimentos. Nesse quesito a conselheira e Secretária da SMAS Solange Fidelis
434 reforça aos presentes que são feitas manutenções e consertos nos veículos sempre
435 que necessário. Outro ponto citado positivamente é sobre a demanda reprimida que
436 diminuiu significativamente. Havendo um questionamento sobre o número de
437 atendimentos realizados, que ultrapassam o número de metas cofinanciadas, a
438 Conselheira e Secretária Solange esclarece aos presentes que o número de
439 atendimentos mencionado se refere ao total de todos os serviços oferecidos, o que é
440 reforçado pela conselheira e membro da comissão de fiscalização Cíntia, que
441 complementa informando que o serviço PAEFI tem um número limitado de metas
442 cofinanciadas, porém o público atendido pelo CREAS II é circulante devido ao Serviço
443 Especializado de Abordagem Social, o qual não possui número limitado de
444 atendimentos. Com relação ao parecer das comissões o mesmo foi favorável. A

445 Presidente Edmara coloca em votação a aprovação do Plano de Ação e Relatório
446 Descritivo do CREAS II, sendo aprovado pelos presentes. Seguindo com os relatos das
447 comissões, a Presidente da Comissão Técnica Camila Taiara Perachi informa que a
448 comissão se reuniu para finalizar a análise de alguns processos que haviam ficado
449 pendentes e menciona a baixa adesão dos membros da referida comissão às reuniões,
450 sem sequer manifestar-se quando da convocação. Após algumas trocas de
451 impressões, a Presidente Edmara expressa a compreensão de que todos conselheiros
452 e membros de comissões tem suas agendas de trabalho, mas conclama a todos que
453 priorizem também as reuniões das Comissões de Trabalho do CMAS. A Secretária
454 Executiva Ana Maria pede licença para fazer um apontamento, referente algumas
455 visitas que a Comissão de Fiscalização deverá realizar no decorrer do mês de
456 setembro, cujas resoluções tem vencimento para o dia 05 de outubro do corrente ano.
457 A Secretária Executiva lembra também aos membros da Comissão Técnica da
458 deliberação que resultou na Resolução nº 04 de 1º de fevereiro de 2023 que definiu
459 um prazo de 150 dias a contar a partir do último dia previsto para o protocolo dos
460 documentos, que foi 15 de março de 2023, para análise e elaboração do parecer, ao
461 que a conselheira Camila justifica que os processos ainda pendentes de análise eram
462 os que seriam objeto da ultima reunião da Comissão Técnica, que não aconteceu por
463 falta de participantes. **Comissão de Orçamento** não se reuniu. **Comissão de**
464 **acompanhamento das Deliberações da Conferencia Municipal de Assistência**
465 **Social** não se reuniu. Na sequência, passando para os **Informes**, abordando o **item a)**
466 **Informes da SMAS**, a conselheira e Vice-Presidente Cíntia Regina Brun relata para
467 ciência de todos que na reunião ordinária do dia 05 de abril de 2023 a plenária deliberou
468 pelo aceite de Emenda Parlamentar no valor de cem mil reais para o serviço de
469 convivência da Ação Social São Vicente de Paulo, e visto que não há registros recentes
470 de recebimento de Emenda Parlamentar, Cíntia explica que foi necessário buscar
471 informações sobre como proceder, bem como buscou-se o contato com outros
472 municípios que recentemente foram contemplados com emenda parlamentar como
473 Cascavel e Pato Branco, e descobriu-se que para realizar o uso do valor disponível
474 conforme o plano de trabalho já apresentado para o CMAS, que é de R\$ 70.000,00,
475 delimitados para itens de investimento, sendo necessário licitação de tais itens, e
476 R\$ 30.000,00 para custeio, que a entidade receberá em uma única parcela nos
477 mesmos moldes da dispensa de chamamento, sendo necessário apresentar plano de
478 trabalho e prestação de contas desse valor também para o Tribunal de Contas do
479 Estado. Ainda dentro dos Informes da SMAS, a conselheira Marília passa a apresentar
480 um diagnóstico sobre o serviço de acolhimento institucional, e fazendo uma
481 contextualização sobre o que motivou esse diagnóstico, ela relembra que a partir do

482 mês de julho de 2022 o número de acolhimentos excedeu a capacidade das Casas
483 Abrigo, e prevendo que isso poderia continuar acontecendo mês a mês, em setembro
484 de 2022 esses dados foram apresentados em reunião com o Prefeito e já identificando
485 a necessidade de implantação de uma nova casa abrigo, tendo sido decidido que o
486 Município implantaria mais uma unidade, que deverá iniciar as atividades no próximo
487 mês de outubro. Ela continua dizendo que percebendo que havia a necessidade que
488 esses dados fossem tabulados, se iniciou uma análise desses dados a partir de outubro
489 de 2022 até o presente mês, de forma a disponibilizar esses números para
490 conhecimento dos Conselhos e também para que a Rede possa discutir esses dados,
491 tendo já sido apresentados no mês de agosto em reunião do CMDCA e nesta data
492 serão apresentados para os conselheiros do CMAS, e posteriormente se pretende em
493 conjunto com as políticas de Saúde e Educação, para discutir o quadro das situações
494 de acolhimento que tem ocorrido. Marília informa que esse diagnóstico tem um foco
495 dentro do período de 10 meses, a partir de outubro de 2022 até julho de 2023, que
496 reflete um período pós-pandemia. Extraindo os principais números desse diagnóstico,
497 lembrando que cada unidade de acolhimento tem a capacidade de 20 crianças e
498 adolescentes, ela informa que em outubro de 2022 a Casa Abrigo Menino Jesus I tinha
499 20 acolhidos, a Casa Abrigo Menino Jesus II tinha 25 acolhidos e 16 acolhidos na Casa
500 Abrigo para Adolescentes. Ela continua dizendo que no período dos 10 meses
501 tabulados houve 25 inseridos na Casa Abrigo Menino Jesus I, 32 inserções na Casa
502 Abrigo Menino Jesus II e 41 inserções na Casa Abrigo para Adolescentes, e demonstra
503 através de gráfico que mesmo tendo havido desligamentos a capacidade das Casas
504 Abrigo continua extrapolada. Marília informa que por uma organização da própria
505 Gestão, foi definida a faixa etária de cada casa abrigo, sendo a Casa Abrigo Menino
506 Jesus I a faixa etária de 06 a 12 anos, a Casa Abrigo Menino Jesus II a faixa etária de
507 0 a 06 anos e a Casa Abrigo para Adolescentes de 12 a 18 anos, porém no período
508 pós-pandemia várias inserções foram de grupos de irmãos, o que legalmente está
509 previsto que grupos de irmãos não devem ser separados e por consequência há
510 acolhidos de todas as faixas etárias em todas as unidades de acolhimento. E apresenta
511 os números dos acolhidos por faixa etária: de 0 a 06 anos foram acolhidas 17 crianças
512 na Casa Abrigo Menino Jesus I, 33 crianças na Casa Abrigo Menino Jesus II e 20
513 crianças na Casa Abrigo para Adolescentes. Na faixa etária de 06 a 12 anos foram
514 acolhidas 21 crianças na Casa Abrigo Menino Jesus I, 10 crianças na Casa Abrigo
515 Menino Jesus II e 13 crianças na Casa Abrigo para Adolescentes. Na faixa etária de 12
516 a 18 anos, mesma a referência sendo sempre a Casa Abrigo para Adolescentes, houve
517 o acolhimento de 01 adolescente na Casa Abrigo Menino Jesus I, 02 adolescentes na
518 Casa Abrigo Menino Jesus II e 24 adolescentes na Casa Abrigo para Adolescentes.

519 Um dado que ficou evidenciado é que antes da pandemia os grupos de irmãos eram
520 dois ou três irmãos, sendo que dentro desse período de dez meses houve o
521 acolhimento de 07 grupos de dois irmãos na Casa Abrigo Menino Jesus I, 03 grupos
522 de dois irmãos na Casa Abrigo Menino Jesus II e 10 grupos de dois irmãos na Casa
523 Abrigo para Adolescentes. Se referindo a grupos de três irmãos, houve o acolhimento
524 de 05 grupos de três irmãos na Casa Abrigo Menino Jesus I, 04 grupos de três irmãos
525 na Casa Abrigo Menino Jesus II e 04 grupos de três irmãos na Casa Abrigo para
526 Adolescentes. Ela ressalta que as casas abrigo já estando com suas capacidades
527 completas, o acolhimento de grupos de irmãos ocasiona que essa capacidade seja
528 excedida de um dia para o outro. Em relação a grupos de quatro irmãos, houve o
529 acolhimento de 01 grupo na Casa Abrigo Menino Jesus I, 03 grupos na Casa Abrigo
530 Menino Jesus II e 03 grupos de quatro irmãos na Casa Abrigo para Adolescentes, além
531 de 01 grupo de cinco irmãos, neste momento acolhidos na Casa Abrigo Menino Jesus
532 I. Fazendo uma análise de como os números de acolhidos se multiplicam se identifica
533 que 70% dos acolhidos são grupos de irmãos. Outra análise feita é em relação ao
534 tempo de acolhimento desses usuários dentro desse período de 10 meses, há
535 acolhidos de anos anteriores, sendo quatro acolhidos desde 2020 e 2021. Outra
536 informação é que a partir do mês de março de 2022 não houve um mês sequer que
537 não tenha havido acolhimentos e relaciona mês a mês o número de acolhidos que são:
538 04 em março/2022, 02 em abril/2022, 08 em maio/2022, 02 em junho/2022, 10 em
539 julho/2022, 08 em agosto/2022, 04 em setembro/2022, 11 de outubro/2022, 09 em
540 novembro/2022, 07 em dezembro/2022, 09 em janeiro/2023, 09 em fevereiro/2023, 08
541 em março/2023, 04 em abril/2023, 08 em maio/2023, 18 de junho/2023 e 12 em
542 julho/2023. Nesse ponto a conselheira e Diretora Marília chama a atenção pra o número
543 de 18 acolhidos no mês de junho/2023, número que já é quase a capacidade de cada
544 casa abrigo. Demonstrando através de um gráfico os números que vem trazendo
545 preocupação, Marília cita que há duas formas de acolhimento institucional, que é pela
546 determinação judicial que é feita após esgotadas todas as possibilidades pelas políticas
547 da saúde, educação e assistência social havendo uma decisão pelo Juiz. A outra forma
548 de acolhimento é o acolhimento de urgência, por situações limite, quando o Conselho
549 Tutelar é chamado e procedem com o acolhimento. Apresentando os números de
550 outubro/2022, a Casa Abrigo Menino Jesus I tinha 05 acolhidos por determinação
551 judicial e 15 acolhidos de urgência, com número semelhante na Casa Abrigo Menino
552 Jesus II e a Casa Abrigo para Adolescentes tinha 10 acolhidos por determinação
553 judicial e 06 acolhidos de urgência, sendo que no momento o número de acolhimentos
554 por determinação judicial diminuiu muito, havendo as situações limite com 21
555 acolhimentos de urgência na Casa Abrigo Menino Jesus I, 32 acolhimento na Casa

556 Abrigo Menino Jesus II e 36 acolhimentos de urgência na Casa Abrigo Para
557 Adolescentes. Ela informa que esses dados serão objeto de discussão com a rede,
558 para compreender, em diálogo com o Conselho Tutelar e com a Rede, visto que tem
559 sido identificado que as situações estão chegando para o acolhimento sem um trabalho
560 anterior, de prevenção, de identificação e orientação dessa família, de
561 encaminhamento para CRAS e CREAS, e a partir desses dados pensar e discutir
562 estratégias. Marília informa ainda que dos acolhidos na Casa Abrigo Menino Jesus I,
563 40 situações que já eram atendidas pela Rede, o que envolve as políticas públicas de
564 Saúde, Educação e Assistência Social, inclusive casos que somente o Conselho
565 Tutelar atendia, e que o que se pretende é esmiuçar esses dados com cada política
566 pública para entender o que gerou a dificuldade que permitiu levar ao acolhimento. Ela
567 completa informando que dos acolhidos na Casa Abrigo Menino Jesus II, 36 situações
568 que já eram atendidas pela Rede e da Casa Abrigo para Adolescentes 45 já era
569 atendidos pela Rede. Outra informação que a conselheira e Diretora Marília traz é que
570 no período pós-pandemia se observa situações de acolhimento de famílias residentes
571 em áreas do interior. Falando sobre quais as situações de violência que levam aos
572 acolhimentos, ao contrário que em outros anos a criança ou adolescente eram
573 acolhidos por violência física ou psicológica, pelo diagnóstico feito se constata que os
574 acolhimentos por urgência são feitos por situações concentradas, e cita que na Casa
575 Abrigo Menino Jesus I, 12 casos registrados são por negligência em saúde, 14 casos
576 são por negligência em alimentação, 33 situações por negligência em educação,
577 considerando evasão e faltas, 1 situação por negligência com risco à vida, 8 situações
578 por negligência em condições de higiene, 21 situações por abandono, 22 situações de
579 violência física, 18 situações de violência psicológica, 5 situações de violência sexual,
580 1 situação de trabalho infantil, 4 situações por cárcere privado, 2 situações por reclusão
581 do responsável, 9 situações por exposição ao uso de drogas e 6 situações por ambiente
582 insalubre. Na Casa Abrigo Menino Jesus II também com 07 registros por situações de
583 negligência em saúde, incluindo negligência em saúde gestacional, negligência em
584 educação, 10 situações de negligência em cuidados básicos, 3 situações por
585 abandono, 09 situações de violência física, 13 situações de violência psicológica, 8
586 situações por exposição ao uso de drogas e 1 situação de rua. Na Casa Abrigo para
587 Adolescentes aparecem 08 situações de negligência em saúde, além de 02 situações
588 de autonegligência na saúde gestacional. Outros registros são 10 situações de
589 negligência em cuidados básicos, 09 casos por negligência em alimentação, 06
590 situações por negligência em educação, 17 situações por abandono, 06 situações por
591 violência doméstica de adolescentes com filhos, 28 situações de violência física, 32
592 situações de violência psicológica, 20 situações de violência sexual, 5 situações de

593 trabalho infantil, 7 situações por exposição ao uso de drogas e 13 situação por
594 ambiente de risco, 2 situações por falecimento do responsável e 06 por negligência por
595 condições de higiene. A conselheira e Diretora Marília relata que nesse período de 10
596 meses dos 46 crianças e adolescentes que foram desacolhidos, 43 deles retornaram
597 para suas famílias, sejam elas a de origem, natural ou extensa, o que demonstra que
598 o acolhimento poderia não ter ocorrido se um trabalho de prevenção tivesse sido feito,
599 deixando claro que não se refere somente ao serviço da Assistência Social. Após uma
600 troca de impressões acerca das situações que tem levado ao acolhimentos de crianças
601 e adolescentes, a Presidente Edmara agradece a explanação pela conselheira e
602 Diretora Marília. Seguindo com os Informes, apenas pelo item **b) Relato das Comissões**
603 **externas e Representações** não havendo relatos dos conselheiros representantes do
604 CMAS nas demais comissões externas, a conselheira Cíntia Regina Brun cita que a
605 reunião da Comissão de Benefícios Eventuais de Assistência Social resultou na
606 alteração do Plano de Inserção de Benefícios Eventuais de Assistência Social no
607 Município de Toledo, que foi apresentado nesta reunião. Pela Comissão Bolsa Agente
608 de Cidadania, embora a representante do CMAS seja a conselheira Pâmela Ritter, a
609 conselheira Camila Taiara Perachi informa que a Comissão se reúne a cada início de
610 mês para verificação dos relatórios referentes às bolsas dos adolescentes que estão
611 inseridos nos CJUs do Europa e Coopagro. No item **c) Correspondências recebidas e**
612 **expedidas**, a Secretária Executiva Ana Maria informa que foram recebidos os seguintes
613 expedientes: Ofício nº 1566/2023-SMAS que informou a substituição da representante
614 da SMAS no CMAS, Christiane Loiva Novello, pela servidora Jaqueline Nadir da Silva
615 de Souza, os Ofícios nº 1487/2023, 1490/2023 e 1558/2023 da Vara da Infância e
616 Juventude, dando ciência sobre as atas de inspeções realizadas nas Casa Abrigo
617 Menino Jesus I, Casa Abrigo Menino Jesus II e Casa Abrigo para Adolescentes
618 respectivamente; Ofício/Parecer nº Parecer_14230045 do MDS com orientações para
619 execução do SIGTV referente o repasse de recursos na modalidade fundo a fundo da
620 Emenda Parlamentar destinada à Ação Social São Vicente de Paulo; e Ofício nº
621 093/2023 do CRAS I em resposta ao Ofício nº 42/2023-CMAS emitido pela Comissão
622 Técnica. *Correspondências emitidas:* ofício nº 039/2023-CMAS para a Unidade Social
623 Coopagro; ofício nº 040/2023-CMAS para o Espaço Vida Florir-Toledo, ofício nº
624 041/2023-CMAS para a Unidade Social São Francisco; ofício nº 042/2023-CMAS para
625 o CRAS I; ofício nº 043/2023-CMAS para o CERTI Coopagro, todos emitidos pela
626 Comissão Técnica do CMAS com solicitação de informações para finalização da
627 análise dos documentos enviados para inscrição no CMAS; o ofício nº 044/2023 emitido
628 para o CNAS com a nota de repúdio às reiteradas mudanças no processo de
629 averiguação unipessoal do Programa Bolsa Família e seu impacto no SUAS; o ofício

630 n° 045/2023-CMAS encaminhado à SMAS, solicitando posicionamento referente às
631 inspeções realizadas pela Vara da Infância e Juventude nas casas abrigo; e por último
632 o ofício n° 046/2023-CMAS emitido pela Comissão Técnica para a Creche Ledi Maas,
633 com solicitação de informações para finalização da análise dos documentos enviados
634 para inscrição no CMAS. Não havendo outros informes e concluída a pauta, a
635 Presidente Edmara de Souza agradece a todos/as e encerra a reunião às 11 horas e
636 quarenta e oito minutos. E eu, Ana Maria Krolow, Secretária Executiva do CMAS,
637 encerro a presente ata, a qual será encaminhada por e-mail aos conselheiros/as para
638 apontamentos de eventuais retificações, e na próxima reunião ordinária, será assinada
639 por mim e pelos demais presentes